

A Constituinte Os constituintes voltam a descansar. Só porque aprovaram o regimento interno.

Os trabalhos só vão começar mesmo em abril. Até lá, os parlamentares vão disputar os cargos nas comissões.



A sessão de ontem: reclamações contra os militares.

Votado o regimento interno, a Constituinte iniciou ontem mesmo o "recesso da posse": os parlamentares deixaram Brasília em direção a seus Estados para participar, no domingo, da festa dos novos governadores. Volta ao trabalho só na quarta-feira, quando o regimento deverá ser promulgado com todas as emendas. A semana será dedicada ainda à articulação da eleição da Mesa da Constituinte, embora a composição partidária já esteja praticamente acertada. A formação das comissões e subcomissões também deve consumir algum tempo — o que faz prever que os trabalhos sobre a nova Carta só comecem mesmo em abril.

A sessão que aprovou o regimento terminou aos 30 minutos de ontem, depois de quase onze horas de discussões. Pelos últimos retóricas, o regimento permite a convocação de ministros para prestação de esclarecimentos ligados à elaboração constitucional. Além disso, foram aprovados alguns ajustes — como baixar de 94 para 35 o número de constituintes que deverão assinar requerimento para impedir o arquivamento do projeto de resolução que receber parecer contrário da Mesa. E mais: mediante 56 e não mais 94 constituintes poderá ser incluída na ordem do dia matéria de relevante e inadiável interesse nacional, para discussão e votação imediata.

Pelas previsões do ex-deputado João Gilberto, que dirige o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da UnB, a partir da instalação das oito comissões, a Assembleia terá cerca de 200 dias de trabalho até a promulgação da nova Carta. Os 200 dias, segundo Gilberto, estão compreendidos apenas nos prazos previstos no regimento, não contando, portanto, o tempo de discussão e votação do projeto de Constituição em dois turnos.

Nesse intervalo, cada um dos 550 constituintes poderá fazer uma interferência de 20 minutos e o relator de cada emenda terá direito a mais 30 minutos, o que torna impossível qualquer avaliação de tempo. Gilberto já prevê que esses 200 dias podem ser ampliados para 230 — o que deixa claro que não será possível promulgar a nova Constituição em 7 de setembro, como quer o Planalto. E a data mais

provável da promulgação deve ser 15 de novembro, conforme cálculo do líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso.

Protestos

A sessão de ontem, não foi muito concorrida. Com a maioria dos parlamentares em viagem, o número máximo conseguido num só momento não ultrapassou 80. Mas foi

suficiente para que se registrassem vários protestos contra a "crescente intervenção dos militares" na vida do País. Pela liderança do PDT, o deputado Amaury Muller protestou contra as declarações do general Octávio Medeiros, ex-chefe do SNI, segundo as quais o governo não estaria atuando com firmeza em face aos movimentos grevistas.

A ação militar foi também condenada pelo líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva: "As Forças Armadas estão mais preocupadas ainda com o inimigo interno, quando deveriam voltar sua atenção para a defesa das fronteiras, atuando contra o contrabando". Nelson Aguiar (PMDB-ES) emendou: "Diante do que estou vendo hoje, no Brasil, envergonho-me de ser

peemedebista. Não acredito que tenha sido para isso que milhões de brasileiros colocaram a maioria do PMDB na Constituinte. Se o PMDB não der resposta a isso, perante a Nação, não tenho a obrigação de ficar neste partido".

Diante da ocupação dos portos e refinarias, Hermens Zanetti (PMDB-RS) constatou que a Constituinte nada poderia fazer: "Isso

evidência que a Assembleia não dispõe de soberania, tendo capitulado diante do Poder Executivo". E acrescentou: "Amanhã, também a Assembleia poderá estar cercada".

A discussão foi longe e fez com que o líder do PDS, Amador Neto, adiantasse que o papel das Forças Armadas, no que tange à Segurança interna, será um dos pontos mais polêmicos da Constituinte. "Agora entra o problema ideológico. Quero ver o pessoal de esquerda do PDS dar palpite", ironizou Amador. E deu alguns exemplos para argumentar que esse papel não pode ser mudado: "Se o Exército só pudesse cuidar da segurança interna, quem iria garantir as eleições quando sua presença fosse reclamada? Teríamos de chamar a Guarda Civil para proteger as refinarias e os escoreiros do mar para guarnecer os portos. Todo mundo tem direito de fazer greve. Mas quando há um piquete dentro de refinaria, pode acontecer até uma catástrofe. Há alguém ingênuo a ponto de supor que refinarias sejam ocupadas sem qualquer reação do governo?".

Inspecção

Depois da sessão de ontem, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, inspecionou as dependências da Câmara, que foram adaptadas para abrigar as comissões e subcomissões. Ulysses recomendou que se abrissem espaços para escolher o público que queira acompanhar os trabalhos. "Estou satisfeito porque tudo correu como eu esperava", concluiu.

A Bíblia Sagrada também já está sobre a Mesa da Constituinte — "à disposição de quem dela quiser fazer uso", conforme emenda aprovada ontem de madrugada. A emenda é do deputado Antônio de Jesus, peemedebista e pastor protestante, que não mereceu parecer do relator Fernando Henrique. Quem falou a favor foi o líder Luiz Henrique. Ulysses, no entanto, parecia preocupado com a localização do novo objeto: "E onde vou colocar a Bíblia?" — perguntou ao final. E não obteve resposta. Antônio de Jesus, contudo, não obteve êxito na apresentação de sua outra emenda, que proibia o uso de cigarros, charutos e cachimbos. Os fumantes respiraram aliviados.

Constituição boa é a que se adapta ao tempo, diz o jurista americano.

O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil? O juiz americano Charles Werner, conferencista de Direito e professor adjunto de Ciências Políticas das Universidades da Pensilvânia e de Temple, acredita que sim. Em sua opinião, o Brasil deveria adotar uma Constituição sintética no estilo da americana (que completa este ano 200 anos de existência) e não um texto constitucional detalhado, apesar das diferenças de ordem econômica, política, social e jurídica entre os dois países.

O argumento básico de Charles Werner, que concedeu ontem à tarde uma entrevista exclusiva ao JT, é o de que uma Constituição de princípios, como a dos Estados Unidos, tem o poder de subsistir às mudanças conjunturais, sendo adaptada progressivamente à realidade por decisões da Suprema Corte.

— A Constituição americana tem funcionado muito bem, especialmente porque ela é ambígua,

redigida em termos muito genéricos, permitindo que seja interpretada de acordo com o que está acontecendo no momento. As constituições muito detalhadas e que tentam solucionar todos os problemas acabam não sendo aplicadas, como acontece, por exemplo, com a da União Soviética (que ele chama de Rússia) — afirma o jurista americano.

Werner observa que a Constituição americana é genérica porque foi elaborada por representantes dos Estados "que não tinham a menor vontade de abrir mão de seus direitos". Ou seja, foi uma forma de conciliar interesses conflitantes, consagrando os direitos da maioria sobre a minoria. Na verdade, segundo o jurista, a Carta constitucional americana é um "documento de proibições", na medida em que proíbe o Congresso de aprovar leis relativas à religião, à liberdade de imprensa, ao direito de expressão e reunião.

Hollywood

Com frequência, os defensores do padrão constitucional americano citam um fato que se tornou conhecido pela maioria da população brasileira que vê televisão. Os filmes mostram que a primeira atitude de um policial americano, ao prender um suspeito, é informá-lo sobre seu direito de não responder ao interrogatório para não se comprometer durante o julgamento.

— Se os filmes de Hollywood mostram é porque é verdadeiro —



Charles Werner

brinca Charles Werner para informar em seguida que, na realidade, esse direito foi consagrado há apenas cerca de trinta anos. A decisão foi tomada no final da década de 50 pelo então presidente da Suprema Corte, Earl Warren, ao se manifestar sobre o "caso Miranda", um cidadão de origem espanhola do Estado do Arizona que fora preso sob a acusação de assassinato, sem ser informado sobre seus direitos. Num iniciativa ousada para a época, Warren decretou também o fim da segregação racial nas escolas e assegurou assistência judiciária a todos.

Charles Werner observa que o problema racial só começou a ser resolvido quando a Suprema Corte começou a tomar decisões a respeito, lembrando que os Estados Uni-

dos tiveram que enfrentar até uma guerra civil — a Guerra da Secesão — envolvendo a questão. Também a conquista do voto feminino, na década de 20, frisa o jurista, foi consequência de intensa mobilização das mulheres.

Ex-deputado estadual na Pensilvânia quatro vezes (entre 1952 e 1968) e juiz federal nomeado em 1967 pelo então presidente Lyndon Johnson, Werner admite que se o Brasil quiser seguir o exemplo da Constituição americana, terá que simultaneamente promover a modernização de suas estruturas.

Os requisitos, segundo ele, são a mobilização dos diversos segmentos da sociedade para pressionar as autoridades, a reforma do sistema judiciário a fim de torná-lo mais ágil e sobretudo independente, a liberdade de oportunidades, que garanta a todos a ascensão social, e a abertura do sistema político para todas as classes sociais. É essencial também, opina Werner, a promoção da redistribuição da renda nacional porque, no seu entender, as liberdades políticas por si só não são suficientes para assegurar a democratização.

— O sistema judiciário deve ser modificado para que reaja mais em função do povo. E a ideia de que ninguém está acima da lei é que faz com que o sistema americano, que não é perfeito, funcione — concluiu o jurista.

Kazumi Kusano
especial para o JT



SARNEY INQUIETO

Ele acha que querem desestabilizar seu governo e não pára de pressionar para que definam seu mandato e o regime de governo. Até já irritou Ulysses.

O presidente Sarney acha que o sistema parlamentarista misto, onde o Parlamento não seria passível de dissolução, pode constituir a melhor opção para o Brasil, segundo revelou ontem um de seus auxiliares mais próximos. Parlamentarista por convicção, o presidente Sarney, de acordo com esse assessor, gosta do sistema inglês, mas reconhece que na realidade o sistema puro, que pressupõe a dissolução, não seria possível no Brasil.

Já existem estudos de juristas, como os quais o presidente Sarney concorda, prevendo um sistema misto para o Brasil, onde o presidente da República fica com poderes para nomear alguns ministros, como os chefes do Gabinete Civil e Militar e o procurador-geral da República. O Parlamento, por sua vez, detém a prerrogativa de, através de "moção de desconfiança", mudar ministros. A nomeação do primeiro-ministro, segundo estes mesmos estudos, fica com o chefe de Estado, enquanto o Parlamento tem a oportunidade de rejeitar dois nomes escolhidos para ocupar o cargo. O terceiro nome não pode ser rejeitado.

Os ministros, segundo os estudos em andamento, também podem tomar a iniciativa de dirigir-se ao Parlamento, independentemente de convocação, e defender posições. O presidente Sarney está interessado nos estudos desenvolvidos por diversos juristas e sua opinião final sobre o parlamentarismo para o Brasil vai depender da conclusão dos mais diversos debates e de contatos com a classe política.

De acordo com esse assessor presidencial, a duração do mandato de Sarney não pode ser desvinculada da definição do futuro regime de governo e da futura ordem econômica e social do País. Nos últimos dias, em conversas informais com constituintes de diversos partidos, Sarney tem manifestado sua grande apreensão com o quadro sócio-econômico e com a renegociação da dívida externa, especialmente com possíveis movimentos internos e externos que, segundo ele, teriam o objetivo de desestabilizar seu governo.

Um dos interlocutores do presidente acha que se as forças de direita e da extrema esquerda, "com o respaldo de alguns órgãos de comunicação", tiverem êxito na escalada anti-Sarney, não haverá no Brasil um governo democrático, ou de cunho socialista: "Teríamos um regime à la Pinochet".

Sarney tem estranhado as posições de setores importantes da sociedade que, além de não manifestarem apoio, ou pelo menos compreensão à sua decisão da moratória, insistem em duras críticas a tudo que está fazendo ou pretende fazer.

Ulysses: incomodado.
Dentro do mesmo quadro de

apreensões, tem sido notada, na Constituinte, a atuação do líder do governo Carlos Sant'Anna e do líder informal Prisco Viana (PMDB-BA), cada vez mais preocupados em avaliar, em diferentes bancadas, o peso do apoio político-parlamentar ao presidente Sarney. Essa atuação dos dois parlamentares tem causado problemas no PMDB.

Nos últimos dias, em conversas em seu gabinete e em sua residência oficial, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, tem dito, com insistência, que Sarney não deveria ficar solicitando a diferentes líderes a definição, a curto prazo, do seu tempo de governo. "A fixação do mandato presidencial não é problema pessoal. É problema estrutural", disse ontem Ulysses, lembrando que "a prioridade" é colocar em funcionamento as comissões e subcomissões da Constituinte. Estes órgãos deverão, também, conforme Ulysses, estabelecer — para posterior decisão do plenário — se o regime será presidencialista ou parlamentarista. "O tempo não perdoa o que se faz sem ele" — costuma dizer o presidente do PMDB e da Câmara.

Mas se o deputado Ulysses Guimarães pretende abrir o debate mais tarde, alguns parlamentares começam a dar sinais de inquietação semelhante à do presidente Sarney. "A minha convicção é de que teremos eleições diretas para presidente da República em 1988", disse ontem, da tribuna da Constituinte, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), enquanto do lado de fora do plenário outro deputado, Konder Reis (PDS-SC) — na mesma linha do líder do seu partido, Amador Neto, e da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) — defendia a necessidade de realização de eleições gerais, de vereador a presidente da República, 120 dias após a promulgação da nova Constituição.

Para Maurílio Ferreira Lima, a antecipação da eleição presidencial — o que importaria em reduzir para três anos o mandato de Sarney — "é inevitável, diante do quadro de descrédito institucional que reina no País". Defendendo inclusive a realização de eleições simultâneas para a Câmara e o Senado, o deputado conquistado na esteira do Plano Cruzado I, que envelheceu com o Plano Cruzado II e que ameaça morrer com a promulgação da nova Carta.

Defesa similar faz o senador Rui Bacelar (PMDB-BA) — autor do projeto que convoca eleições para 120 dias após o término dos trabalhos da Constituinte — ao afirmar que a eventual aceitação da redução do mandato para cinco anos, pelo presidente Sarney, significa uma tentativa de apaziguar o interesse dos constituintes pela redução do mandato.